



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

LANÇAMENTO DO PLANO DE METAS PARA A AGRICULTURA

Palácio do Planalto
14 de agosto

Cria-se uma nova política agrícola, com alcance plurianual, caracterizada pelo lançamento de novos serviços e visando a produção de alimentos básicos.

14 de agosto — A criação do Fundo de Desenvolvimento Agrícola e de uma caderneta de poupança rural, a fixação de preços mínimos e valores básicos de custeio para um período de três anos, a construção de sítios e depósitos para as safras são algumas medidas do governo para o setor.

Senhoras e senhores.

Anuncio à Nação uma política agrícola, com alcance plurianual. É seqüência dos objetivos constantes do Plano de Metas do Governo.

Somos um País industrializado e com importantes avanços tecnológicos. Mas ainda não fomos capazes de dar saltos na produção de alimentos.

Seria estranho se um País como o nosso, com as terras, os recursos e os homens que tem, se visse obrigado a depender sempre da compra de alimentos no exterior. O campo, que é a alma do nosso País, onde estão seu passado e seu futuro, alimenta as cidades.

Temos de transformá-lo para que seja contemporâneo dessas cidades, com este plano para a agricultura e com a nova política agrícola.

Estão definidas prioridades claras, abrangendo a agricultura e a pecuária para melhorar a situação da população pobre. Para a produção de alimentos básicos, para a alimentação popular, para o mercado interno e para assegurar o abastecimento.

Os agricultores ressentem-se da falta de uma definição clara dos objetivos agrícolas. De política de crédito, de preços, de investimentos, de estocagem e armazenamento que sinalizem suas decisões e suas atividades.

O Governo atende hoje a essa preocupação. Não apenas definimos políticas.

Acabamos de assinar decreto criando o Fundo Agropecuário, que contará já no início com trinta e seis bilhões de cruzados, recursos remanescentes da conta de movimento do Banco do Brasil e com todos os resultados financeiros das importações agrícolas.

Estabelecemos um Conselho de Desenvolvimento Agropecuário, que administrará este fundo e que influirá na definição das diretrizes para o setor.

O principal objetivo é aumentar substancialmente a produção de alimentos básicos: o arroz, o milho, o feijão, a mandioca.

A safra de 1988 produzirá 72 milhões de toneladas dos principais grãos. Vinte e oito por cento a mais que a safra de 1986.

Com esta nova política, a expansão das áreas de cultivo e melhoria da produtividade, vamos ultrapassar a meta definida no primeiro plano de desenvolvimento da Nova República.

Para isso, executaremos uma nova política de crédito.

Os pequenos produtores e os alimentos básicos serão financiados cem por cento do custo do cultivo, calculado em valores reais. Os pequenos produtores serão beneficiados nas exigências mínimas para as aplicações do sistema bancário.

A participação do sistema bancário no crédito agrícola — crédito que chegará sem complicações e com regras simples — vai mudar.

Os bancos terão a obrigação de destinar aos pequenos produtores um mínimo de 30% das aplicações e dos créditos para investimento agropecuário.

Vamos também acabar com a influência da burocracia para a obtenção dos recursos. Racionalizar a distribuição dos incentivos. Eliminar perdas. Aumentar a eficiência.

Assinei decreto que constitui a Comissão Interministerial incumbida de modificar o PROAGRO, para torná-lo mais abrangente. Todos sabemos que essa modificação depende de lei do Congresso para propor mecanismos para a instituição do seguro agrícola ampliado. O homem que trabalha e produz não pode continuar sujeito a perdas lastimáveis por força da instabilidade do clima e acidentes naturais.

Até o final do ano, somando suas várias fontes de recursos, a agricultura contará com um saldo de aplicações de 89 bilhões de cruzados, um crescimento real de 30% só este ano. Os empréstimos, em termos nominais, eram de 52 bilhões de cruzados em 1985; elevam-se, agora, a 131 bilhões de cruzados.

Nova, e melhor, é também a política de preços mínimos. Com preços plurianuais, de três anos, o agricultor não será vítima da especulação. Mesmo que o preço do trator, do adubo ou de qualquer outro insumo se eleve, ele será socorrido. Já na próxima safra o Governo comprará os produtos a preços garantidos.

Adotaremos uma política de estoques reguladores. Formaremos o estoque regulador da carne, superando problemas de abastecimento. De imediato, decidimos importar carne. E está proibida a exportação. E em pouco tempo o abastecimento estará normalizado.

Uma comissão especialmente criada para estudar a política para o leite deverá concluir também seus trabalhos em breve. Estou igualmente criando outra, para estudar medidas de apoio e desenvolvimento da agropecuária, com a participação de todos os interessados.

Estamos lançando um ousado programa de armazenagem que não será apenas do setor público. Contará com financiamentos, para que a iniciativa privada se sinta estimulada a prestar a sua contribuição. A armazenagem de grãos passará, da capacidade atual de 60 milhões de toneladas, para 76 milhões, e não podemos perder alimentos por falta de secagem e armazenamento.

A nova política de comercialização vai impedir que o esforço produtivo se gaste nos descaminhos do atravessamento, da intermediação desnecessária, que encarece o produto sem distribuir riqueza.

Favoreceremos, decididamente, os investimentos na agricultura. Na renovação e aquisição de máquinas e equipamentos. Nas instalações. Na correção do solo. Na conservação. Na secagem. No armazenamento. Este ano o investimento agrícola crescerá em 81% no final do ano. Até 1989 a meta do Governo é aplicar 15% do PIB agrícola em crédito rural para investimento.

Realizaremos as indispensáveis obras de infra-estrutura, de transporte, com estradas voltadas para a agricultura, e de irrigação.

Ultrapassaremos da meta de um milhão de hectares irrigados nos próximos três anos, para a perspectiva, realista, de subir essa conta para três milhões de hectares irrigados até 1989, um milhão dos quais no Nordeste.

A realidade nordestina é distinta da do Sul ou do Centro-Oeste. A fome do Brasil é predominantemente uma fome nordestina. Por isso o Nordeste merece um tratamento especial.

Em todos esses programas e nessas políticas, levamos em conta que existem vários Brasis.

De grande importância é o Programa Municipal de Desenvolvimento Agrícola, outra medida que o Governo agora adota. Estamos promovendo o planejamento integrado, protegendo o meio ambiente com a participação das comunidades, favorecendo o pequeno produtor, fomentando o associativismo, dando treinamento técnico, elevando a produtividade sem exaurir o solo rural. Queremos atingir, neste programa, 1.000 municípios.

Até hoje, as medidas de conservação da natureza têm sido esparsas e desordenadas. O programa das regiões produtoras permitirá que núcleos de pequenos produtores rurais, nos municípios, programem e realizem esforços de reflorestamento conservacionista, manejo de solo, controle de águas pluviais, combate à erosão e promoção integrada dos traçados de estradas e infra-estruturas. Este programa receberá o apoio de dois bilhões de cruzados.

Tudo isso terá o auxílio de novas fontes de recursos.

Será criada a caderneta verde. Uma caderneta de poupança agrícola que funcionará para ajudar o campo. Será a poupança do produtor.

Esperamos que a agricultura cresça dez por cento ao ano. Essa é a nossa meta.

Todos estamos testemunhando, neste ato, que, pela primeira vez, o Brasil lança um projeto integrado para a agricultura. Levando em conta a necessidade de estradas, de armazenamento, de alimentação do povo, de saúde e de educação.

Preocupamo-nos especialmente com os que vivem no campo. E é para o campo e pelo campo que passamos a assegurar o direito à assistência médica integral ao trabalhador rural, estendendo os benefícios da Previdência.

Outra área prioritária é a educação. Além da expansão da rede de ensino de primeiro grau no campo, estamos realizando projetos voltados para o trabalhador rural, como o de melhoria e expansão do ensino técnico, e das escolas rurais comunitárias. Realizando cursos de treinamento. Fortalecendo a extensão rural.

A isso se junta a decisão de não mais aceitar que haja terras ociosas, retidas para mero fim especulativo ou deixadas improdutivas nas mãos do Estado. A decisão de realizarmos a reforma agrária, imperativo de justiça e exigência da definitiva modernização do Brasil, tem por alvo oferecer condições objetivas ao homem que sabe e quer trabalhar a terra.